

Carta Pública sobre a Autarquiação do Complexo de Saúde da Unicamp

A comunidade universitária da Universidade Estadual de Campinas acompanha, com crescente apreensão e profundo desalento, a condução do processo de discussão acerca da proposta de autarquiação do Hospital de Clínicas (HC) e do conjunto do Complexo de Saúde da Unicamp.

Desde as primeiras sessões em que a matéria foi introduzida no âmbito do Conselho Universitário, tornou-se evidente a insuficiência deliberativa do processo, marcado pela ausência de escuta efetiva dos diferentes segmentos da universidade e pela fragilidade dos espaços de debate público.

As sessões anteriores do Consu foram atravessadas por manifestações legítimas de estudantes, trabalhadores da saúde, servidores técnico-administrativos e representantes de entidades da comunidade universitária, que reivindicaram, de forma reiterada, acerca da transparência, diálogo e ampliação do debate. Tais manifestações não surgiram de maneira fortuita, mas como resposta direta a um processo percebido como verticalizado, apressado e alheio às práticas democráticas historicamente consolidadas na universidade pública.

Causa especial perplexidade, nesse contexto, a postura recentemente adotada pela Reitoria ao anunciar a retomada da discussão e da votação da proposta para o dia de hoje, sem qualquer consulta prévia à comunidade universitária, em tom que não apenas desconsidera as reivindicações expressas nas sessões anteriores, como reveste-se de caráter ostensivamente afrontoso aos manifestantes, tratando a mobilização como obstáculo administrativo, e não como expressão legítima de dissenso político e institucional.

Tal postura não apenas agrava o ambiente de tensionamento, como também fragiliza os próprios fundamentos da governança universitária, ao substituir o diálogo qualificado por decisões unilaterais, e a construção coletiva por uma lógica de imposição procedural. A condução do processo revela, assim, um descompasso preocupante entre o discurso público de defesa da autonomia universitária e a prática concreta de restrição da participação democrática interna. A tentativa de acelerar a tramitação do projeto, convocando sessões do CONSU sem consulta ampla e em períodos de esvaziamento acadêmico, revela a falta de compromisso com a transparência e o debate democrático.

É imperativo afirmar que a autarquiação do Complexo de Saúde da Unicamp não constitui matéria administrativa ordinária. Trata-se de uma proposta que reconfigura profundamente a relação entre a universidade, o Sistema Único de Saúde, os trabalhadores da saúde, a formação acadêmica e a própria missão pública da instituição. Uma decisão dessa natureza não pode ser legitimamente tomada sem debate amplo, público, informado e socialmente referenciado.

A minuta da proposta, se aprovada, seguirá à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, onde poderá sofrer modificações que coloquem em risco direitos históricos das trabalhadoras e dos trabalhadores, bem como a natureza 100% pública e gratuita do Complexo de Saúde. Entregar a gestão ao governo estadual — responsável por sucessivos cortes e atrasos de repasses, como o déficit de mais de R\$ 100 milhões acumulado pelo HC — implica transferir a autonomia conquistada pela Universidade a um contexto político de desmonte e privatização dos serviços públicos.

Diante disso, a comunidade universitária reafirma a necessidade inadiável da convocação de uma Assembleia Universitária Ampliada, com a participação de todos os segmentos — docentes, discentes, servidores técnico-administrativos, trabalhadores do Complexo de Saúde e entidades representativas — como condição mínima para que qualquer deliberação futura possua legitimidade política, institucional e social.

Persistir na tentativa de acelerar a tramitação da proposta, ignorando os apelos por diálogo e aprofundamento do debate, não apenas compromete a qualidade da decisão, como erosiona a confiança nas instâncias de gestão e no próprio Conselho Universitário, convertendo um espaço colegiado em mero instrumento de homologação de decisões previamente definidas.

A defesa da universidade pública exige mais do que formalismo decisório: exige responsabilidade democrática, disposição ao confronto de ideias e respeito à pluralidade de vozes que constituem a Unicamp. Sem isso, qualquer decisão tomada estará irremediavelmente marcada pela falta de legitimidade e pela ruptura do pacto institucional que sustenta a vida universitária.

Campinas, 18 de dezembro de 2025.

Assinam

Sindicato de Trabalhadores da Unicamp (STU)
Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (DCE)
União Nacional dos Estudantes (UNE)
União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP)
Associação de Pós-Graduandos da Unicamp (APG)
Centro Acadêmico das Ciências Humanas (CACH)
Centro Acadêmico da Economia (CAECO)
Centro Acadêmico do ProFIS (CAEFIS)
Centro Acadêmico Antônio da Costa Santos (CAACS)
Centro Acadêmico de Tecnologia (CAT)
Centro Acadêmico dos Estudos de Química (CAEQ)
Centro Acadêmico da Engenharia Mecânica (CAEM)
Centro Acadêmico X de Dezembro (CAXD)

Centro Acadêmico da Matemática, Estatística e Computação Científica (CAMECC)
Centro Acadêmico da Filosofia (CAFIL)
Centro Acadêmico da Pedagogia Marielle Franco (CAPMF)
Centro Acadêmico Adolfo Lutz (CAAL)
Centro Acadêmico X de Setembro (CAXS)
Centro Acadêmico da Educação Física (CAEF)
Centro Acadêmico da Faculdade de Engenharia de Alimentos (CAFEA)
Centro Acadêmico Maria Cristina Faber Boog (CAMAB)
Centro Acadêmico da Linguagem (CAL)
Centro Acadêmico Sisleide do Amor Lima (CASAL)
Centro Acadêmico do Instituto de Artes (CAIA)
Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CACAU)
Centro Acadêmico da Biologia George Shepherd (CAB)
Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra (CACT)
Centro Acadêmico de Administração da Unicamp Limeira (CAAUL)
Centro Acadêmico da Biologia (CAB)
Centro Acadêmico da Computação (CACO)
Diretório Acadêmico de Limeira (DALIM)
Centro Acadêmico Bernardo Sayão (CABS)
Centro Acadêmico da Física (CAF)